



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 182

CAPITAL FEDERAL

TERÇA FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Expediente do Presidente do Congresso Nacional

Ofícios, de 20-10-1961, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, transmitindo Mensagens, de 16 do mesmo mês, pelas quais o Sr. Presidente do Conselho de Ministros encaminha ao Congresso Nacional Projetos de Lei;

Ofício nº CN/79 — Mensagem nº 11 — Projeto que autoriza a União a se associar ao Estado do Rio Grande do Sul na constituição de Sociedade de Economia Mista e dá outras providências;

Ofício nº CN/80 — Mensagem nº 10 — Projeto que concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;

Ofício nº CN/81 — Mensagem nº 7 — Projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), destinado à pavimentação de trechos rodoviários da BR-4 e da BR-13.

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.

Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).

1º Secretário — Senador Cunha Mello (PTB).

2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).

3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).

4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).

1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).

2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder:

Filinto Müller (PSD).

Vice-Líderes:

Lima Teixeira (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Victorino Freire (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Jorge Maynard (PSP).

Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:

João Villasboas (UDN).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger (UDN).

Mem de Sá (PL).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Benedito Valladares.

Vice-Líderes:

Gaspar Velloso.

Victorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder:

Daniel Krieger.

Vice-Líderes:

Rui Palmeira.

Daniel Krieger.

Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:

Barros Carvalho.

Vice-Líderes:

Nelson Maculan.

Fausto Cabral.

Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:

Mem de Sá.

Vice-Líder:

Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:

Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:

Lino de Matos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Lobão da Silveira — Pará.

2. Victorino Freire — Maranhão.

3. Sebastião Archer — Maranhão.

4. Eugênio Barros — Maranhão.

5. Menezes Pimentel — Ceará.

6. Jarbas Maranhão — Pernambuco.

7. Silvestre Péricles — Alagoas.

8. Ary Vianna — Espírito Santo.

9. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.

10. Gilberto Marinho — Guanabara.

11. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.

12. Moura Andrade — São Paulo.

13. Gaspar Velloso — Paraná.

14. Alô Guimarães — Paraná.

15. Francisco Gallotti — Santa Catarina.

16. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.

17. Benedito Valadares — Minas Gerais.

18. Filinto Müller — Mato Grosso.

19. Juscelino Kubitschek (licenciado em exercício o suplente José Feliciano) — Goiás.

20. Pedro Ludovico — Goiás.

Licenciado o Senador Rui Carneiro (Paráiba). Em exercício o seu suplente, Sr. Salviano Leite, do PTB.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.

2. Zacarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.

4. Fernandes Távira — Ceará.

5. Reginaldo Fernandes — Rio Grande do Norte.

6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.

7. João Arruda — Paraíba.

8. Afrânio Lages — Alagoas.

9. Rui Palmeira — Alagoas.

10. Heribaldo Vieira — Sergipe.

11. Ovídio Teixeira — Bahia.

12. Del Caro — Espírito Santo.

13. Afonso Arinos — Guanabara.

14. Padre Calazans — São Paulo.

14. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.

16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.

17. Milton Campos — Minas Gerais.

18. João Villasboas — Mato Grosso.

19. Lopes da Costa — Mato Grosso.

20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Cunha Mello — Amazonas.

2. Vivaldo Lima — Amazonas.

3. Paulo Fender — Pará.

4. Mathias Olympio — Piauí.

5. Leonidas Mello — Piauí.

6. Fausto Cabral — Ceará.

7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.

8. Salviano Leite (Suplente do Senador Rui Carneiro) — Paraíba.

9. Barros Carvalho — Pernambuco.

10. Lourival Fontes — Sergipe.

11. Lima Teixeira — Bahia.

12. Canado de Castro — Guanabara.

13. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.

14. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

15. Nelson Maculan — Paraná.

16. Santo Raimos — Santa Catarina.

17. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.

2. Aloisio de Carvalho — Bahia.

3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Jorge Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.

SEM FUGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	20
UDN	20
PLB	17
PL	3
PSP	1
PTN	1
6. Legenda	1

63

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Melo.
Gervílio Marinho.
Argemiro Piquelredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Góes Mondim.
Reginaldo Fernandes (UDN).

Secretário: Evandro Mendes Vianna
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pêricles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL D).
2. Freitas Cavalcanti (UDN)
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Távora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,30 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Trimestre Cr\$ 60,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Trimestre Cr\$ 136,00

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Trimestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Trimestre Cr\$ 103,00

Ano Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescida de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan — Presidente (PTB).
Eugênio Barros — Vice-Presidente (PSD).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes:

UDN
1 — Lopes da Costa
2 — Joaquim Parente
PSD
1 — Pedro Ludovico
2 — Lobão da Silveira
3 — Francisco Gallotti

PTB

1 — Saulo Ramos
2 — Lima Teixeira

Secretária: Maria de Lurdes Quintos, Oficial Legislativo.

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).
- Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel — Presidente (PSD).
Padre Calazans — Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).
Reginaldo Fernandes (UDN).

Suplentes:

Coimbra Bueno (UDN).
Lino de Matos (PTN).
Lobão da Silveira (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Lima Teixeira (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: Evandro Fonseca Paragaguá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Velloso — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Lobão da Silveira — PSD.
Barros Carvalho — PTB.
Victorino Freire — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.

Fausto Cabral — PTB.
Fúlvio Muller — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
1. Silvestre Pêricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
6. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
1. Aloysio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).
Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Lino de Matos (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente — PTB.
Rui Palmeira, Vice-Presidente — UDN.
Afrânio Lages — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Benedicto Valadares — UDN.
Gaspar Velloso — PSD.
Paulo Fernandes — PSD.
Lourival Fontes — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

SUPLENTE

- 1 — Milton Campos — UDN
- 2 — Venâncio Igrejas — UDN
- 3 — Sergio Marinho — UDN
- 1 — Menezes Pimentel — PSD
- 2 — Jefferson de Aguiar — PSD
- 3 — Ary Vianna — PSD
- 1 — João Mendes — PTB
- 2 — Barros Carvalho — PTB
- 1 — Mem de Sá — PL

Secretário: Eurico Jacy Auler, — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente — (UDN).
Alô Guimarães, Vice-Presidente — (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN)
2. Lopes da Costa (UDN)
1. Eugênio Barros (PSD)
2. Jarbas Maranhão (PSD)
1. Miguel Couto (PTB)

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos
Rodrigues Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Mouão Vieira — Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Pender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Itailina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Jorge Maynard (PSP).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão especial para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução Nº 5, de 1961.

Senadores:

L — Novaes Filho — Presidente.
UDN — Sérgio Marinho — Vice-Presidente.
PSD — Alô Guimarães.
PSD — Menezes Pimentel.
PTB — Nelson Maculan.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão Especial incumbida de emitir Parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1953, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Junha Mello — Presidente (PTB).
Sérgio Marinho — Relator (UDN).
Jorge Maynard (PSP).
Menezes Pimentel (PSD).
Jarbas Maranhão (PSD).

João Pires de Oliveira Filho — Secretário

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

TITULARES:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE:

- UDN
1 — Sérgio Marinho
2 — João Arruda

- PSD
1 — Jefferson Aguiar
2 — Eugênio Barros
1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Atas das Comissões Comissão de Redação

20ª REUNIÃO REALIZADA AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 1961

EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas do dia vinte e três de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência eventual do senhor Senador Lourival Fontes, presentes os senhores Senadores Menezes Pimentel e Daniel Krieger.

Deixam de comparecer, por motivo justificado os senhores Senadores Francisco Gallotti, Sérgio Marinho e Ary Vianna.

E lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o senhor Senador Menezes Pimentel oferece a redação final do Projeto de Resolução nº 38, de 1961, que suspende a execução da Lei nº 53, de 22 de novembro de 1948, do Município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a presente reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo senhor Presidente.

ATA DA 191ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1961

PRESIDENCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Lobão da Silveira — Eugênio Barros — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Pirente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Jarbas Maranhão — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Lino de Mattos — Padre Calazans — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mondim — (31).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagem — Do Sr. Presidente do Conselho de Ministros, de 16 do mês em curso, nos seguintes termos:

Mensagem nº 1, de 1961

(Nº DE ORIGEM 8)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do artigo 18, item I, do Ato Adicional à Constituição, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, o incluso projeto de lei que dispõe sobre as Zonas de proteção de aeroportos.

Brasília, em 16 de outubro de 1961.
— Tancredo Neves.

Nº 156 GM-1 — EM, 22 DE SETEMBRO DE 1961

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros:

Faço à evolução técnica dos métodos e atividades aeronáuticas nos presentes anos, necessário se torna que a legislação existente possa acompanhar esse ritmo de evolução, a fim evitar tornar-se um obstáculo ao mesmo. É o Brasil signatário de convenção internacional — Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) — que disciplina normas e recomendações para um tráfego aéreo seguro e técnico nas diferentes rotas aéreas.

2. O Decreto-lei nº 7.917, que define a zona de proteção de aeroportos, não obstante atender às atuais prescrições do Anexo 14 do ICAO, obriga-se a gabaritos de proteção mais rígidos do que os recomendados, vindo, assim, a influir nos alicerces de terceiros que possuem terrenos situados próximos a aeroportos.

3. Essa rigidez considerada vem, também, criar dúvidas e dificuldades na aplicação dos resultados das convenções internacionais junto às quais o País assume compromissos.

4. Necessário se torna que seja dada ao Executivo uma maior flexibilidade de ação para atender, de forma racional e adequada, a esses mesmos compromissos, pelo que submeto à alta apreciação de Vossa Excelência o presente projeto de lei, que uma vez aprovado atende à situação apresentada.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Major-Brigadeiro-do-Ar Clóvis Monteiro Travassos. Ministro da Aeronáutica.

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a Zona de proteção de Aeroportos.

Art. 1º A Zona de Proteção dos Aeroportos, de que trata o Decreto-lei nº 7.917, de 30 de agosto de 1945, passará a ser fixada doravante, por ato do Poder Executivo, observadas as normas e recomendações das Convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, e, tenham seus respectivos textos homologados pelo Congresso Nacional.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a regular dentro de 90 dias,

a contar da publicação da presente lei, a zona de proteção dos aeroportos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional; e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Mensagem — Do Sr. Presidente do Conselho de Ministros, de 16 do mês corrente, como segue:

Mensagem nº 2, de 1961

(Nº DE ORIGEM 9)

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o incluso anteprojeto de Lei, que exclui a expressão "pelo menos com doze meses de antecedência", constante da redação da letra c do Art. 6º da Lei nº 86-47, na forma como foi modificada pela alínea c do Art. 15º da Lei número 1.184-50.

A referida exclusão visa a tornar possível a vigência imediata dos preços de compra e venda de borracha na forma como foi modificada pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, pois não mais atinge os objetivos de "assegurar ao produtor extrativista preços conhecidos com antecedência" o prazo obrigatório de carência (doze meses) ora em vigor; ao contrário, esses prazo passou a atender exatamente o contrário do espírito da Lei, isto é, vigora contra o produtor e, além disso, ele também não atende ao interesse da quase totalidade da indústria. Por isso, foi-me sugerido que pleiteasse a modificação constante do anteprojeto de lei, em trabalho onde foram apreciadas solicitações dos Governadores do Estado de Mato Grosso e dos Territórios de Rondônia e Acre, por meio de Trabalho constituido de representantes dos Ministérios da Agricultura e Fazenda, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Confederação Rural Brasileira, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil S.A. e Banco de Crédito da Amazônia.

Brasília, em 16 de outubro de 1961.
— Tancredo Neves.

ANTEPROJETO DE LEI

Exclui a expressão "pelo menos com doze meses de antecedência", constante da redação da letra c do Art. 6º da Lei nº 86-47, na forma como foi modificada pela alínea c do Art. 15º da Lei número 1.184-50.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica excluída a expressão "pelo menos com doze meses de antecedência", constante da letra c do Art. 6º da Lei nº 86, de 8 de setembro de 1947, com a redação que lhe foi dada pela alínea c do Art. 15º da Lei nº 1.184, de 28 de agosto de 1950.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente.

Na próxima sessão começará a correr o prazo de que trata o art. 339, letra c, do Regimento Interno para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos seguintes Subanexos do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de

1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962;

4 06 — Comissão do Vale do São Francisco

4 17 — Ministério da Marinha.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(É o seguinte discurso) — Sr. Presidente, finda-se a Semana da Asa deste ano de 1961. Como sempre, em toda a parte, nos quadrantes do imenso solo do Brasil, foram dias de maior exaltação patriótica. As bases da Aeronáutica engalanaram-se para exibir o que de melhor possuem na ansia de revelar, neste ensejo de sua "Semana", as conquistas de novas armas buscadas nos arsenais das nações mais bem provadas de material bélico atualizado, com o que exteriorizam aos olhos admirados de uma população exultante, o seu alto grau de eficiência e poder, capaz, desse modo de ajudar as outras forças de terra e mar a manter íntegras e respeitadas as fronteiras de nossa pátria.

Nestas plagas do altiplano, onde se espraia apressadamente uma cidade nascente, com foros de metrópole da Federação, fizeram-se sentir bem patrioticamente comemorações que deram real relevo, colocando objetivo superior, aos dias dedicados aos homens das aeronaves guerreiras, aos quais cumpre assegurar a inviolabilidade do firmamento brasileiro.

Ontem, no lago soberbo de Brasília, hoje, no desfile e no agradecimento da Esplanada dos Ministérios, a Aeronáutica, encimando a semana de glorificações e homenagens, deu mostras de sua nitida compreensão e de seu elevado papel como uma das três peças vitais de defesa nacional. Seria ela, em verdade, expõem-se à ambição de conquistadores a soberania e o destino dos povos. Em terra, os exércitos, nos oceanos, as esquadras, sés, ou juntas, já representam garantia, de todo o modo, contudo, desamparados se encontrarão se os espaços aéreos forem dominados por agressores incontroláveis. Cabe-lhe, assim, à aviação militar, nos tempos atuais, lugar preponderante nas operações de revide.

Dedicam-lhe nos demais continentes, às nações que se querem respeitadas todo interesse e recursos no sentido de melhor aprestá-la para suas perigosas e específicas missões. Os condutores metálicos, de hoje, rasgam os ares, quais relampagos, invencivelmente devastadores, aninhando em seu bojo os mais mortíferos dos engenhos, que se destinam até, em desespero de causa, a exterminar a própria espécie humana. O mundo é pequeno, é que tão facilmente alcançada por essas máquinas infernais, por esses coriscos satânicos.

Inelutavelmente, quem maior número destes pacotes e melhor aparelhados, sendo, inevitavelmente se conduzirá como tutor de soberanias, ditando rumos, suplantando vontades, aniquilando liberdades, queimando bandeiras, enfim, impondo-se contra a vontade dos deuses, pela força bruta, também, das outras armas, acima da consciência e da autodeterminação dos povos infortunados sob qualquer aspecto.

Este, sem dúvida o panorama moral político da terra.

O Brasil apercebe-se de tal estado de coisas, enquanto é tempo. Atrasado, não obstante, esforça-se em conquistar com os maiores sacrifícios a posição que lhe estava destinada como nação territorialmente grande.

O povo ajuda-o nesse patriótico designado, preferindo todavia, que só a

autoridade moral se imponha para diminuir as querelas entre os países, não se coadunando com a sua tradição e índole os recursos à violência ou a submissão pela guerra.

Assim, no setor do Exército, os comandos tranquilizam-se em face do poderio bastante que os quartéis oferecem para impedir aventuras fronteiras a dentro.

Quanto ao vasto litoral, os marinheiros briosos e vigilantes já asseguram certa defesa com a frota de que dispõem, mais esperançosos agora com a belonave aeródromo recentemente incorporada.

No céu, o F. A. B. incumbem-se de preservar a dignidade e a soberania da nossa laboriosa gente, ostentando-se, como nesta "Semana da Asa", fartamente aparelhada e com mais agueridas e adestradas equipagens.

As nossas forças armadas, desse modo, não serão apanhadas desprevenidas. Garante-o consócio e altívamente o seu estado maior geral. Para tal fim, nada há que temer a pátria pela sabedoria, compreensão, espírito público e noção de responsabilidade dos governantes da República.

No entanto, a vocação pacifista de nosso povo, comungada e não contrariada pelos detentores do Poder, em todos os tempos, desde a Monarquia, sugere as corporações militares nos largos interregnos de sossego dentro das fronteiras ou fora delas, atividades outras de fins reprodutivos ou sociais, paralelas às dos setores civis, no interesse superior de economia, de progresso e do bem-estar da Nação.

As três armas, destarte, têm contribuído eficiente e prodigiosamente nas suas áreas específicas, para o desenvolvimento e a riqueza do Brasil. Difícil é dizer-se qual a prevalente, a que merece os maiores louvores. Igualam-se no conceito, no entusiasmo e na gratidão do povo. Estas tarefas construtivas, dia a dia, intensificam-se ao arpejo dos anseios gerais no sentido de recompor-se a estrutura social, econômica, financeira política e administrativa da nacionalidade, a fim de que possa adquirir o justo lugar na comunhão internacional, sem afastar-se, porém, das normas democráticas, que já lhe são peculiares ao modo de viver.

Assim foi possível nos dias correntes assistir-se a uma transmutação de sistema de governo, que contou, desde logo, com o apoio das gloriosas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — sem maiores sobresaltos ou derramamento de sangue, propiciando no desfile de hoje um espetáculo esplêndido de civismo e amor pátrio, qual o de se acharem em um palanque, reverenciadas e aplaudidas, as novas e supremas autoridades do Executivo Federal, na pessoa do eminente Chefe do Estado e do Ilustre Presidente do Conselho de Ministros.

A Aeronáutica — desbravadora dos espaços insondáveis — encerra brilhantemente nos céus do Brasil as cerimônias em louvor de seus gloriosos feitos. Com seus trinta anos apenas de trajetória, ao lado das outras duas e seculares armas, já escreveu, entretanto, páginas magníficas de bravura e heroísmo na história nacional.

Realça, contudo, nestes dias, a figura tutelar do pioneiro, que, nas planícies da França, nos seus ousados engenhos, descolando ou alteando-se, em toscas máquinas, iniciava a era da viação, fadada, em seu grandiloquente ideal, ao serviço pacífico da humanidade.

Honra e glória, pois, ao imortal Santos Dumont e a Aeronáutica do Brasil! (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente Srs. Senadores, evidentemente não vou justificar, desta tribuna, cada emenda que venho apresentando à Lei de Meios para 1962. No entanto, uma há que quero ressaltar, porque ela pretende beneficiar o mais abandonado, talvez, e desconhecido dos municípios do Rio Grande do Sul — São José do Norte. Quando deputado federal, mais de uma vez, tive oportunidade de pleitear alguns benefícios indispensáveis à cidade comuna gaucha e hoje, no Senado da República, retomo aquele trabalho, no ensejo que me dá a elaboração do orçamento para 1962.

Apresentei uma série de emendas que dizem respeito à construção de uma rodovia, — o município de São José do Norte não possui nenhuma rodovia — de um aeroporto, de um entreposto de pesca, de uma escola agrícola, de um hospital e recuperação de áreas na cidade sede do Município. Tudo falta em São José do Norte.

Lembremo-nos que no município de São José do Norte nasceram Tamandaré, Minetti, filho de Garibaldi e outras personalidades da nossa história.

Sr. Presidente, são portanto, as reivindicações que apresento para o Município gaúcho a que me refiro.

No intuito de promover o desenvolvimento sócio-econômico do município de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul e o consequente bem-estar de sua população, reclama-se:

1) Especial atenção do Governo da União, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a necessidade de conclusão imediata da rodovia iniciada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e cujas finanças não permittem seja essa obra, indispensável à economia de São José do Norte, terminada de imediato.

Ressalto, São José do Norte é um município que não tem estrada, caso inédito, creio, no Brasil.

"2) Efetiva presença do governo central, através do Ministério da Agricultura e de seus órgãos técnicos de assistência. A falta de assistência faz sentir seus efeitos, principalmente, na produção ceboleira, já que o município de São José do Norte é o maior produtor de cebolas do mundo".

Ao tempo do império, São José do Norte era o maior produtor de trigo, exportando-o para todo o País. Para corrigir essa deficiência, deve ser realizado, julgamos, um plano de assistência semelhante ao que foi feito para a produção de cebolas do Vale do São Francisco, através do convênio firmado entre a União e os produtores.

A título de reforço da necessidade de atendimento do nosso pedido, cumpre lembrar que o Governo da União se faz sentir, em São José do Norte, unicamente através de uma coletoria e de sete faróis. Nada mais.

Para demonstrar a urgência da conclusão inadiável da rodovia citada e de uma permanente assistência técnico-financeira no setor agropecuário do Município apresentamos a seguinte justificativa:

1. Produção.

O município de São José do Norte possui uma área de 3.995 km², nem toda habitável, pois grande parte é tomada de areias, banhados e lagoas. Desenvolve-se como uma faixa de terra entre o Oceano Atlântico, a Leste, e a Lagoa dos Patos, a Oeste, com uma extensão aproximada de 240km e uma largura média de 18 km. São José do Norte conta com uma população de 26.470 habitantes, dos quais 2.210 se localizam na sede municipal, no extremo sul do Município.

Das áreas cultiváveis, grande parte é destinada à cultura da cebola, principal produto, e do arroz. Cultivam-se ainda, em menor escala, batata doce e inglesa, feijão e milho.

Para que se tenha idéia da produção agrícola do município basta que se diga que em 1959, foram colhidos 38.280 toneladas de cebola no valor aproximado de Cr\$ 650.000.000,00, perfazendo 49% da colheita desse produto no Estado. No mesmo ano foram produzidas 39.904 toneladas de arroz no valor de Cr\$ 252.000.000,00, somando um total de 4,7% da produção estadual. Já no corrente ano, sem que fosse dotado da rodovia ora em estudo São José do Norte aumentou sua produção de cebola para 39.180 toneladas, no valor de Cr\$ 1.175.000.000,00.

É exatamente nesta comuna que se verifica o mais alto valor da produção agrícola, por hectare, em relação aos demais 17 municípios do litoral: Cr\$ 90.000,00 por hectare. E por incrível que pareça, segundo o último censo, a renda "per capita" do Município atinge a cifra de Cr\$ 70.000,00 a maior do Brasil.

2. Pecuária.

Além das culturas mencionadas, São José do Norte possui um rebanho bovino de 102.000 cabeças, no valor de Cr\$ 71.340.000,00 com 14% para desfrute. Cite-se: 158.200 cabeças de ovinos que representam, em 1959, 237.000 kg com um valor de Cr\$ 16.600.000,00. Os bovinos representam 1,8% do rebanho no Estado e os ovinos 1,5% do rebanho encontrado no Rio Grande do Sul.

3. Peixe.

O peixe exerce papel importante na economia do Município. Entre 1958 e 1959, na cidade de Rio Grande sede do município vizinho, registrou-se um valor de Cr\$ 221.000.000,00 em pescado bruto, sendo que 70% do mesmo era proveniente de São José do Norte. No ano de 1959, o produto da pesca industrializada do município atingiu a soma de Cr\$ 44.120.000,00.

Convém notar que todos esses produtos de São José do Norte são exportáveis e exigem, para tal, melhores vias de escoamento, pois há em todo o município apenas uma única via natural e nem sempre transitável: a praia.

4. Renda.

As rendas municipal, estadual e federal podem ser observadas pelo quadro a seguir:

Renda	1956	1959	1960
Municipal	5 milhões	10,9 milhões	14 milhões
Estadual	6 milhões	18,8 milhões	37 milhões

Federal: A renda federal é, em grande parte, recolhida em Porto Alegre e Rio Grande. Desde a existência (1946) da Coletoria Federal na sede do município, a renda federal triplicou (de 1 milhão para 3,2 milhões).

5. Níveis de Vida.

Em contraste com os dados da produção, estão os níveis de vida, que variam entre "péssimo e calamitoso", dando um quadro de conjunto de não desenvolvimento, ou seja de uma comunidade em regresso. (Levantamento da S.A.G.M.A.C.S., para a Comissão Interstadual da Lacia Paraná-Uruguaia). O conceito de "nível de vida" compõe-se de 10 níveis parciais (sanitário, doméstico, escolar, etc.). Dêstes 10,8 representam os mais baixos do Estado. Apenas o social e o cívico encontram-se um pouco acima do mínimo desejado.

6. Causa — Carência de vias de Transportes e Comunicações

A causa principal (e talvez única) do primitivismo desta população encontra-se em seu isolamento. O Município tem um contorno de 626 km, dos quais 600 constituem litoral marítimo e lagunar.

A Lagoa dos Patos apresenta-se bastante rasa em toda a extensa costa de São José do Norte, dificultando a navegação e principalmente a acostagem. Por incrível que pareça, o município não possui uma única estrada, existindo apenas "trilhos" que a toda hora são atravessados por águas mais ou menos profundas, deste modo, conseguem transitar pelo município apenas jipes e caminhões que devem contar com freqüentes atolamentos.

Existem duas linhas de ônibus: uma de São José do Norte a Tavares; outra, de Porto Alegre a Mostardas. Os 30 km do trecho Tavares — Mostardas não são servidos por transportes coletivos. No verão, ambas as linhas funcionam duas vezes por semana no inverno, uma só vez, e quando possível. Não há nenhum outro meio de transporte de pessoas, nem por água nem por via aérea.

O município não conta com aparelhos de rádio-amador, não existindo, portanto, nenhum serviço de rádio ou telecomunicação.

7. Consequências

a) a população está confinada ao local em que reside;

b) a população vive em estado primitivo, não por falta de recursos, mas por ausência de motivação;

c) recursos de saúde inacessível à grande parte da população;

d) elementos locais de instrução superior abandonam o município por falta de oportunidade;

e) relutância, por parte dos técnicos, em trabalhar no município;

f) a estatística é falha. Exemplo disto é fato de o agente residir em Rio Grande;

g) O frete apresenta-se como principal problema do município. Para exemplo, basta citar que o frete rodoviário Porto Alegre — Mostardas, perfazendo um total de 216 kms, é cobrado à razão de Cr\$ 3,00 por kg. enquanto Porto Alegre — São Paulo, com 1.231 kms, é cobrado à razão de Cr\$ 4,00 por kg. de mercadoria.

8. Necessidades de Rodovias

Para que se tenha noção da economia a ser feita quando da construção da rodovia em discussão, citamos os gastos com o transporte da cebola e do arroz. O transporte da cebola para Porto Alegre ou Rio Grande é cobrado à razão de Cr\$ 3,00 por quilo. Dos distritos mais próximos destes centros, Cr\$ 2,00, alcançando uma média, portanto, de Cr\$ 2,50. O transporte de arroz, em virtude da quase totalidade da safra a ser escoada por via fluvial com frete inferior, mas acrescido de despesas de embarque, armazenagem e deslo-

camento para depósitos, tem seu preço fixado, aproximadamente, em Cr\$ 1,50 por quilo. Computando-se, para efeito de cálculo, a safra de 1959, teremos 38.280 quilos transportados à razão de Cr\$ 2,50 e 30.904 quilos de arroz transportados à razão de Cr\$ 1,50, atingindo um total dispendido em fretes na ordem de 142.056 milhões de cruzeiros.

A esta importância acrescentem-se Cr\$ 26.600.000,00 dispendidos com o transporte de adubos e combustíveis, pagando o agricultor as mesmas taxas, já enumeradas, para o transporte, 10.300.000 quilos de litros de combustíveis que devem chegar ao interior do município às custas do agricultor.

Com a estrada e os portos a serem construídos, fatalmente estes mesmos fretes teriam seu custo reduzido para Cr\$ 1,00 por quilo, em média, trazendo uma economia direta de Cr\$ 72.872.000,00 por ano somente nos dois produtos mencionados, além de 13.300.000,00 de economia no transporte de adubo e combustíveis, totalizando Cr\$ 86.172.000,00 de economia que viria a refletir-se no custo dos produtos. Esta economia poderia ser aplicada, perfeitamente, no aumento da produção.

9. Conclusão é primordial, portanto, para qualquer trabalho de melhoria no Município, dotá-lo de recursos mínimos de transporte e comunicações, a fim de:

1. Garantir o escoamento da produção;
2. Vencer o primitivismo dos níveis de vida;
3. Proporcionar recursos de saúde a toda a população;
4. Possibilitar o acesso e a movimentação de equipes de técnicos em todo o Município;
5. Incorporar o Município ao Estado.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, as razões dêsse conjunto de emendas, não apóio a forma atabalhoada com que somos levados a apresentar emendas ao Orçamento. Em cada oportunidade, vêm à nossa lembrança as necessidades de nosso Estado, particularmente de certos municípios, como é o caso de São José do Norte. Ali se trabalha sem qualquer ajuda do Governo, e sua população vive confinada à faixa estreita da sua formação geográfica, por falta de estradas.

Lembro-me bem, nas visitas que fiz àquela comunidade, da impressão que me causou o que pude observar. Por isso, neste momento, quanto eu apreciaria saber que, apesar das dificuldades, essas emendas serão aprovadas. Não tenho dúvidas de que assim ocorrerá nesta Casa, mas dificilmente elas passarão na Câmara dos Deputados, porque, no seu conjunto, elas importam em Cr\$ 285.000.000,00. Entretanto, essa dotação faria São José do Norte município gaúcho abandonado, mas que trabalha e produz, voltar à sua antiga grandeza.

Não apóio, Senhor Presidente, para os meus nobres colegas, trago apenas ao seu conhecimento a situação de São José do Norte, e o que esse município poderia representar, para a economia nacional, se atendida através a aprovação do grupo de emendas que apresentei ao Orçamento da República. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, com uma semana de festividades que culminaram no dia ontem, a minha terra comemorou con-

Cardinal da Silva Dom Augusto Alvaro, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil.

É uma gloriosa carreira sacerdotal. Começada modestamente no vigarariado da cidade do Recife, atingia, em 15 anos, o Arcebispo da Bahia e, finalmente há pouco tempo, a dignidade do Cardinalato.

Dom Augusto veio para a vida sacerdotal com uma vocação que as suas virtudes privadas tornaram uma das afirmações mais inequívocas de fé e devoção.

Fazendo, por um ato de justiça, este registro, interpreto os sentimentos da Bahia católica e da sua sociedade.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Exa. realmente interpreta o pensamento da Bahia, digno representante que é daquele Estado. Integrando também a bancada baiana associei-me a essa justa homenagem pois o Cardeal da Silva, que acaba de completar o seu jubileu, apresenta uma página viva de serviços prestados ao nosso Estado. Neste instante, ao se referir a V. Exa. ao Cardeal Arcebispo da Bahia rememoro sua vida cheia de serviços prestados, não só ao clero como ao Brasil.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Agradeço a V. Exa. a solidariedade que traz às minhas palavras, no testemunho de que aqui, realmente, estou exprimindo o sentimento de uma grande parcela da Bahia em relação ao seu insigne Arcebispo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Creio que V. Exa. poderia falar em nome dos católicos de todo o Brasil, porque Dom Alvaro Augusto é uma autoridade eclesiástica que se impôs não somente ao seu Arcebispo que ele gere catolicamente e proporciona sua autoridade religiosa, mas dá um exemplo de cultura, de dignidade, enfim de fé a todos os católicos do Brasil.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — É uma figura, Sr. Presidente, assim merecedora do apreço do País e, particularmente dos círculos católicos que vêem os maiores testemunhos de respeito da coletividade em que vive transcorre os seus gloriosos cinqüenta anos da sua primeira investidura episcopal.

O biógrafo de Dom Augusto Alvaro, fará, amanhã, justiça não só ao sacerdote como ao homem de qualidades públicas e cívicas e, particularmente, a uma das mais autênticas eloquências que o púlpito brasileiro já possuiu. Orador de extraordinários recursos, que deu muitas vezes, naquela terra onde pregou o Padre Antônio Vieira, os atestados de quanto vale a palavra do homem para trazer às suas convicções os possíveis, incréus ou descrentes. Não tenho neste ensejo, para registrar no Senado esta data, sessões que pedir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que, exprimindo os sentimentos aqui manifestos, se digne de dar conhecimento ao eminentíssimo Cardeal da Silva que não passou despercebido ao Senado da República a data festiva de seu jubileu episcopal. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Julgo-me feliz por estar, eventualmente, na Presidência do Senado. Decorre minha felicidade de ter, nesta ocasião, o prazer de solidarizar-me com as palavras que acaba de proferir o Senhor Senador Aloysio de Carvalho, comemorando o jubileu de Dom Augusto Alvaro da Silva, em cujo colégio, em Recife, iniciei a minha educação

Conheço, desde menino, Dom Augusto Alvaro da Silva. Ele não foi, para mim, só o Pregador de todas as horas, mas, ainda hoje, o exemplo da maior fé do Brasil. Sua carreira episcopal e o seu triunfo decorrem da sua vocação para a Religião Católica que, muito cedo, adotou.

Conheci-o humilde pároco da Freguesia de Afogados em Recife. Desde aí, venho acompanhando a sua vida e seguindo os seus exemplos.

E, pois, com prazer especial que, neste momento, deixo o Requerimento de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho, certo de que interpreto os sentimentos do Senado e da Federação Brasileira, onde a Religião Católica ainda é preponderante.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, orador inscrito.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna, hoje, apenas para formular apelo às autoridades federais. Isso vale dizer, Sr. Presidente, que poucas palavras terei de proferir.

Em dias do ano passado, como bem conhece o Senado, por força de lei do Congresso, foi federalizada a Universidade da Paraíba, nucleando as Faculdades então existentes, que já ali trabalham em prol da educação. Senhor Presidente, crédito especial cação superior. A tempo votou-se destinado a pagamento aos professores e demais serviços decorrentes da federalização.

Ocorre, entretanto, que até estas horas não foi liberado pelas autoridades federais o que entrava o funcionamento normal da Universidade da minha terra. Esse fato, Sr. Presidente, gerou uma crise que, iniciada no âmbito estudantil da Universidade, hoje se irradia por todos os centros de estudantes de todo o Estado. A estas horas todas as associações de classe, sindicato, comerciantes, núcleos de atividades rurais, todos, têm-se dirigido às bancadas de representantes da Paraíba no Senado e na Câmara dos Deputados solicitando atuem no sentido de resolver a crise, pela liberação da verba destinada a sua Universidade.

Sr. Presidente, tomei conhecimento desse fato, agora, ao receber no Senado inúmeros telegramas nesse sentido. Dentre eles, um do Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba, que comunica sua vinda a esta Capital na próxima semana, acompanhado do Governador do Estado, de representantes da classe estudantil e de outras entidades interessadas na solução de tão grave crise, se providências não forem tomadas pelo Poder Público.

Há dias, quando se falava na normalização dos serviços da Universidade, estive pessoalmente com o Sr. Ministro da Educação e Cultura e S. Exa., através de documentos que me exibiu, adiantou que por parte do seu Ministério haviam sido tomadas providências visando à completa regularização da situação.

O embargo reside, Sr. Presidente — pelo que tenho conhecimento — na ação do Ministro da Fazenda, que, até esta data não liberou a verba destinada àquela fim.

Os telegramas por mim recebidos são os seguintes:

Senador Argemiro de Figueiredo.

Senado Federal — Brasília, DF.

Tenho o prazer de comunicar que uma comissão composta do Governador do Reitor, do Presidente da Assembleia, do Prefeito da Capital, de representantes dos órgãos estudantis, irá ao Rio e Brasília a fim de obter das autoridades da República liberação e pagamento integral das verbas da Universidade. Convidamos incorporar-se à Comis-

são que irá a presença do Presidente da República e do Primeiro Ministro. Viremos na semana vincente. Saudações. (a) *Mário Magalhães Pinto, Rector.*

"Campina Grande — Notícias de todos os Estados informam que a Universidade da Paraíba está em expectativa de receber apenas um voto de verbas orçamentárias. O voto cada um vem vindo a desobediência funcional ocasional por não debate na normalidade das reuniões nucleadas na Universidade. Formulamos veemente apelo ao Ilustre Senador no sentido de conseguir junto ao Presidente da República, Ministros Tancredino Neves, Walter Moreira Salles e Oliveira Brito providências para pagamento integral das verbas. Respeitosas saudações. (a) *João Carlos Silva Júnior, Presidente em exercício da Federação das Indústrias.*

"Campina Grande — A Paraíba espera ao Ilustre filho todo esforço no sentido de conseguir do poder central o pagamento integral das verbas da Universidade, possibilitando o funcionamento normal do ensino superior, grandemente prejudicado. Respeitosas saudações. (a) *Nivaldo Ivora Roque, Presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais do Estado da Paraíba.*

"Campina Grande — O Sindicato da Indústria de Milho do Estado da Paraíba solicita do nobre conterrâneo interceder junto ao Governo Federal no sentido de liberar totalmente as verbas da Universidade da Paraíba, evitando a paralisação completa das escolas superiores do nosso Estado. (a) *Joaquim Uak.*

"João Pessoa — Comunico ao Ilustre parlamentar que assumi Presidência da Casa do Estudante da Paraíba. Espero contar com valioso apoio de V. Exa., a fim de solucionar a crise por que passa nossa entidade. Encontra-se no Gabinete do Ministro da Fazenda o plano de aplicação de oito milhões de cruzeiros, já autorizados pelo Presidente da República sob nº 204.731-61, cujo recebimento depende empenho de V. Exa. e demais companheiros da bancada paraibana. Estou certo de que V. Exa. fará tudo no sentido de ajudar esta iniciativa. Saudações. (a) *Sabino Ramalho Lopes, Presidente da CEP.*

"Campina Grande — O Sindicato de Indústria Mecânica do Estado da Paraíba solicita de V. Exa. envidar esforços no sentido de conseguir a liberação imediata total das dotações da Universidade de nossa terra. Respeitosas saudações. (a) *Geraldo Ribeiro Dias, Presidente.*

"Campina Grande — A ameaça de corte das verbas da Universidade de Paraíba prejudicará enormemente o ensino superior de nossa terra, razão por que solicitamos ajudar-nos nos apelos dirigidos ao Governo da República, no sentido de conseguir a liberação total das dotações. Respeitosas saudações. (a) *Antônio Martins Abreu, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil de Campina Grande.*

"Campina Grande — Estamos dirigindo apelo ao Governo Federal no sentido de liberar as

verbas totais da Universidade de Paraíba, solicitando apoio do Ilustre Senador em favor da justa reivindicação, atenciosas saudações. (a) *Pedro Sant, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Tecelagem do Estado da Paraíba.*

"Campina Grande — Nesta oportunidade, em que nosso Estado reivindica aos poderes da Assembleia o pagamento total das verbas da Universidade, temos a certeza que do Ilustre de V. Exa. muito dependemos o êxito da campanha. Respeitosas saudações. (a) *Cláudio Mota Sá, Presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e desambramento de azeite de Campina Grande.*

Aproveito a oportunidade para pedir ao honrado Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Ministro da Fazenda a liberação imediata da verba. O caso da Universidade da Paraíba já não se restringe, como disse no começo, ao âmbito escolar, pois se transformou em caso social, em caso de certa gravidade, perturbando, de algum modo, a vida em meu Estado, pelas agitações diárias provocadas por estudantes, na Capital e em algumas cidades do interior.

A situação é tal, Sr. Presidente, que me leva a formular este apelo àqueles autoridades federais no sentido de que resolvam prontamente o problema. Todos nós, que temos responsabilidades na vida econômica deste País, conhecemos e justificamos as medidas de restrição que o Governo terá que tomar para pôr freio ao surto inflacionário e, ao mesmo tempo, restaurar a ordem econômica e financeira.

Justificamos, portanto, até certo ponto, o corte de verbas destinadas a determinados serviços ou obras adiacentes. Não se justifica, porém, data venia, que se restrinjam despesas, que se cortem verbas orçamentárias ou créditos especiais votados para o funcionamento de hospitais, escolas e, sobretudo, de uma Universidade nova que, uma vez federalizada, precisa ser fortalecida pela colaboração eficiente do Governo Federal, o maior responsável pelo funcionamento da mesma.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, estou regressando de uma viagem ao Estado da Guanabara, onde, a convite da classe médica, participei em um debate sobre os problemas que afligem, neste instante, não só os médicos como os cirurgiões-dentistas e os engenheiros.

Não vim, porém, à tribuna, propriamente tratar dos assuntos ali debatidos, mas das observações por mim colhidas nos dias que passei na Guanabara, a respeito do Governo e do seu Gabinete.

Não senti, não verifiquei, não observei, por parte de quem quer que fosse, nem mesmo de integrantes das Forças Armadas, qualquer preocupação relativamente à situação militar no País.

O que preocupa o povo, realmente, é a ascensão vertiginosa do custo de vida. E não é somente a classe operária, nem tão pouco a classe média que se preocupam com o problema. Mesmo os que têm bons proventos não escondem sua inquietação ante a alta exagerada do custo de vida, neste instante.

Verifiquei, por outro lado, que a COFAP não foi estruturada e a alta dos preços continua desenfreada, sem nenhum controle, e sem que haja — essa a verdade — qualquer preocu-

pação de evitar o descalabro. Do modo como vamos, temos a impressão de que não há mais freio que possa conter a alta dos preços, que já começa a preocupar enormemente o povo brasileiro.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Desejo complementar-me com V. Exa. Estou recebendo um pacote de cartas que refletem a preocupação de vários camadas sociais do Estado da Guanabara em relação ao elevadíssimo custo de vida, sem nenhum controle. Pretendo mesmo ocupar a tribuna para falar sobre o assunto. Entretanto, diante da palavra de V. Exa., fico dispensado de fazê-lo como era meu desejo, para atender principalmente àqueles pessoas que apelam para mim, no sentido de que solicite do Governo providências relativamente à situação no Estado da Guanabara. Ao mesmo tempo, trataria do problema de Brasília, onde chegamos ao absurdo — e é preciso que o Governo saiba disso! — de os supermercados rearmarem os preços das utilidades, procedimento aliás, proibido por lei!!! Mercadorias adquiridas a preços antigos estão sendo vendidas em Brasília, pelos supermercados, com preços rearmados. Veja V. Exa. a que ponto chegamos! Verifiquei pessoalmente esses casos: fui convidado a ir ao supermercado e examinar produtos com preços rearmados. Vi preços antigos riscados e substituídos pelos atuais. As alterações astronômicas, incompreensíveis, são de estarrecer. O mesmo se passa na Guanabara. A propósito, tenho cartas aqui de simples operários, trabalhadores do meu Estado, e até de uma alto comerciante, todos apelando para que se ponha um parafuso à situação ali reinante. Responderei a essas cidadãos que em Brasília ocorre o mesmo, aqui com a convicção do Governo. Os supermercados, se não me falha a memória, são da Prefeitura. Cheguei ao ponto de encontrar, em Brasília, bananas a setenta cruzeiros a dúzia!

O SR. LIMA TEIXEIRA — É verdade! Que absurdo!

O Sr. Caiado de Castro — Nunca pensei que fosse possível chegarmos a esse ponto.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É escandaloso!!

O Sr. Caiado de Castro — Laranjas a cento e vinte cruzeiros a dúzia. Este o problema de Brasília. E já disse aos meus amigos e eleitores da Guanabara que tenham um pouco de paciência, porque acredito que nosso Presidente, o Sr. João Goulart, e o nosso inteligente, brilhante e dedicado Primeiro Ministro, Sr. Tancredino Neves, procurarão resolver a situação. Mas vou adiantar aos meus amigos e eleitores do antigo Distrito Federal que, em Brasília, a situação é muito pior...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Agradeço a colaboração de V. Exa., que reafirma o que eu vinha dizendo em relação ao seu Estado, de onde recebi correspondência sobre o assunto.

O Governo que aí está conta com meu apoio, mas já que o Chefe da Nação é o Presidente do meu Partido e, acima de tudo um amigo meu, quero adverti-lo no sentido de que proceda com energia.

O Sr. Jânio Quadros, a quem sempre combati terrivelmente, desta tribuna, tinha grandes defeitos, grandes! Entretanto — esta é a verdade — tinha autoridade. Chegou até a criar, em nosso País, o complexo do medo. A despeito das críticas que daqui lhe dirigi, reconheço que os despachos de S. Exa. pelo menos serviam, nas horas difíceis, de sofrimento do povo, como esperança de que providências seriam tomadas.

O Governo atual conta, no seu Gabinete, com Deputados que também

criticaram terrivelmente o Governo passado, como eu o fiz. Ninguém criticou mais o Sr. Jânio Quadros do que eu; neste particular, não cedo a ninguém a ninguém. Por isso mesmo tenho autoridade para, como Senador que apoio o Governo que aí está, adverti-lo, para que proceda com energia na defesa dos interesses do povo, especialmente agora que assistimos a um exagerado encarecimento do custo de vida. Não tenho o Governo medo de golpe militar. O povo já está suficientemente preparado, com maturidade política, para não mais sofrer de golpe militar. Tenho, porém, receio sim, do sofrimento do povo, por que este é que deve preocupar o Governo. A pior crise é a do estômago, e essa crise precisamos evitar a todo o custo. Não tenha o Governo receio de adotar medidas drásticas. Se assim aconselharem as circunstâncias, como a que estamos vivendo, deve o Governo adotar medidas energéticas como por exemplo o congelamento dos preços por um período de três meses, com as medidas complementares de assistência à produção, seu barateamento e desenvolvimento. Do contrário teremos a pior crise — essa a verdade — a que resulta do sofrimento do povo como a elevação dos preços.

Sr. Presidente, o comerciante, nos dias que correm, perdeu o acanhamento. Vende hoje a mercadoria por um preço, e amanhã com o acréscimo de trinta por cento. É um aumento desordenado, como se não houvesse controle ou fiscalização do Governo, como se este deixasse o comércio livre para elevar os preços como bem tende. Isso, portanto, é que é necessário evitar.

Sr. Presidente eis por que advirto esta hora o Governo. Desejo, faço mesmo empenho, que o atual Governo consiga a prosperidade do País; que o Conselho de Ministros cumpra realmente com suas obrigações e deveres. Se porventura o Gabinete não estiver cumprindo seu dever, nesta hora cheia de vicissitudes, peço ao Presidente João Goulart que se antecipe a ele e adotando medidas que demonstrem ao povo ser ele, realmente, aquele líder autêntico, chefe do trabalhismo e atento na defesa das nossas justas reivindicações.

Sr. Presidente, muito satisfeito fiquei ao ler, em um dos jornais do Estado da Guanabara, que o Sr. Presidente da República havia-se antecipado, em muitas medidas, ao próprio Gabinete, forçando até soluções de problemas que pendem de imediato atendimento.

Falamos muito aqui em reforma agrária, em lei anti-truste, em projeto de garantia e de crédito para o homem do campo, em Estatuto do Trabalhador, numa série de medidas que devem ser adotadas. O Congresso Nacional não se cansa, através de seus representantes, de fazer apelos veementes. É por este motivo que lembro ao Presidente João Goulart, inegavelmente um dos políticos de prestígio popular mais acentuado no País, que não se descuide, não se conforme com o que está ocorrendo; que concite o Gabinete e não fique impressionado com as atribuições do Gabinete ou com suas próprias atribuições, mas se preocupe sobretudo com o sofrimento do povo. Tome a dianteira na decretação de certas medidas, uma vez que Sua Excelência, eleito pelo regime presidencialista, tem realmente o direito, assegurado pelo Ato Adicional nº 4, de participar diretamente do próprio Gabinete. Ficou-lhe a faculdade de nomear e dela não deve abrir mão. Há decisões que sentimos que demoram e problemas que precisamos ver solucionados, como o que se relaciona com o custo de vida.

Presentemente, a COFAP está sem freios, não funciona. Estamos em situação pior do que outrora. Não existe a contenção dos preços, e o fato é grave.

Sr. Presidente, este apêlo dirijo ao Presidente João Goulart, no momento em que regresso do Estado da Guanabara, onde participei, a convite, de uma reunião de médicos; e as apreensões que trago, eu as transmito ao Senado.

Confio muito no Presidente João Goulart e também no Primeiro Ministro Tancredo Neves. Espero que Suas Excelências não deixem a opinião pública com a impressão de que o Governo está parado, mas sim que é o Governo atuante. E ele precisa atuar mais do que nunca neste instante, quando o Sr. Jânio Quadros se encontra no exterior. Com um Governo atuante na solução dos problemas do povo, o Sr. Jânio Quadros ficará esquecido, mas se este Governo se mostrar indiferente à sorte do povo e ao seu sofrimento, tudo aquilo que o ex-Presidente da República disse, e não correspondia à realidade, inclusive que deixara o cargo sob pressão, poderá fazer crer ao povo que era verdade, que S. Ex.^a tinha razão, que não era possível governar o País. E até nós outros, do Congresso Nacional, poderemos ser incluídos nessas críticas.

Por todas essas razões, chamo a atenção do Governo, no sentido de que atue com mais energia, tome algumas medidas, inclusive o congelamento dos preços, pelo menos por um período de três meses — torno a sugerir para que os exploradores, os que vivem da miséria do povo, possam ter os seus negócios investigados e sejam contidos na sua ganância de lucros escandalosos.

Nos dias que correm não há quem se conforme com o lucro de dez, quinze ou vinte por cento. Qualquer mercadoria é vendida de maneira mais estúpida, — estúpida sim, — com aumentos de trinta, quarenta e cinquenta por cento. É preciso um Governo forte para impedir tais abusos e contribuir para que tenham um paradeiro as preocupações que afligem o povo. Porque o povo está realmente alarmado. Sentimos e percebemos isto.

Saídas de uma crise, entramos numa fase de esperança. O Governo precisa agir para não decepcionar. Nota-se entretanto, que, os nossos dirigentes não têm agido com energia. Medidas de emergência deveriam ser tomadas, até mesmo para que, quando chegar a hora do plebiscito, não venha o povo a derrubar o atual regime pela descrença de que se sente possuído na primeira fase, em que o parlamentarismo deveria dar prova evidente de sua capacidade realizadora.

E' ao Gabinete, sobretudo, que impõe, neste instante, atenção para os problemas do Brasil, resolvendo-os. Falo com autoridade por ser um Senador que apoia o atual Governo. Mas por apoiá-lo é que estou advertindo-o. E mais autoridade tenho porque falo com a isenção de ânimo.

Este, Sr. Presidente, o apêlo que trago depois do meu regresso do Estado da Guanabara que também passa por sérias dificuldades. O Presiden-

te João Goulart deu há poucos dias uma prova de atenção para com o Estado que serviu de sede ao Governo e ao qual estamos, de certo modo, presos por laços afetivos, e que reclama colaboração de Senadores de todos os Partidos.

Felicitos a S. Exa. pela sua atitude elevada concedendo um crédito que foi considerado apreciável para a solução dos problemas do Estado da Guanabara.

O que desejamos todos, Sr. Presidente é um governo forte, que atenda às reivindicações populares e não permita o avanço dessa onda de inquietação que todos sentimos. Que o Primeiro Ministro Tancredo Neves dê uma demonstração inequívoca de defesa dos interesses do povo, mormente na contenção dos preços. Há desabalada carreira na ascensão do custo de tudo, até mesmo da produção.

E' exatamente na produção que se nota mais alto custo. Reitero, finalizando, este apêlo ao Presidente João Goulart: Se o Gabinete não tomar providências, não fique S. Exa. indiferente; antecipe-se a ele e dê prova, como grande líder popular que é, de que seus sentimentos se coadunam com os sentimentos do povo.

Estou certo, também, de que o Primeiro Ministro Tancredo Neves levará em conta minhas considerações pois são elas fruto de observações feitas nos meios populares em minha visita ao Estado da Guanabara.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Lima Teixeira, o Sr. Cunha Mello deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente.

O SR. SAULO RAMOS:

Peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos.

O SR. SAULO RAMOS:

(Para uma explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, levo ao conhecimento de V. Ex.^a e de meus ilustres pares, telegrama que me foi dirigido, nos seguintes termos:

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por proposta do Deputado Olive Caldas, solicita o apoio de V. Ex.^a ao projeto nº 1 337-56, que visa incluir nas franquias postais telegráficas de que gozam os membros do Congresso Nacional, os deputados estaduais, o qual já conta parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara. Cordiais saudações. Deputado Walter Roussena, presidente em exercício."

Sr. Presidente, o projeto, por certo — e tudo indica — será aprovado na outra Casa do Congresso e merecerá a simpatia dos Srs. Senadores. Nada mais justo que essas franquias telegráficas estejam ao alcance dos Srs. Deputados que melhor poderão desempenhar os seus mandatos. Antecipadamente declaro que votarei a favor do projeto quando este aqui chegar. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 406, de 1961

Considerando que o "Dia de Todos os Santos" e o de "Finados", este ano, caem nos primeiros dias da semana;

Considerando que será, por esse motivo, quase impossível haver número na segunda e terça-feiras, pois é da tradição brasileira homenagear seus mortos queridos,

REQUEREMOS, nos termos do artigo 212 nº II, alínea g, do Regimento Interno, não haja sessão nem expediente na Secretaria de 30 do corrente ao dia 3 de novembro próximo.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1961. — Gaspar Velloso — Ary Vianna — Ovidio Teixeira — Joaquim Parente — Lima Teixeira — Saulo Ramos — Aloysio de Carvalho — Mathias Olympio — Guido Mondin — Daniel Krieger — Heribaldo — Vieira — Jorge Maynard — Fernandes Távora — Vivaldo Lima — Caiado de Castro — Argemiro de Figueiredo — Menezes Pimentel — Fausto Cabral.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 407, de 1961

Transcrição de matéria nos Anais.

Nos termos do artigo 212, letra y, do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado dos seguintes documentos:

— Aviso nº 58, baixado em data de hoje pelo Sr. Ministro da Aeronáutica, sobre o "Dia do Aviador";

— Saudação proferida pelo Sr. Ministro da Marinha, em nome dessa Corporação e do Exército Nacional, nas cerimônias comemorativas do "Dia do Aviador".

— Agradecimento da mesma saudação, pelo Sr. Ministro da Aeronáutica.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1961. — Daniel Krieger — Mem de Sá — Gaspar Velloso — Vivaldo Lima — Fernandes Távora — Ovidio Teixeira — Aloysio de Carvalho — Lobão da Silveira — Menezes Pimentel — Caiado de Castro — Joaquim Parente — Lima Teixeira — Cunha Mello — Mathias Olympio.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido, nos termos do Regimento Interno, será votado no final da Ordem do Dia.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1961 (nº 38, de 1959, na Casa de origem) que concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica (incluindo na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho), tendo Pareceres favoráveis (sob nºs 583 e 584, de 1961 das Comissões de Saúde Pública e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A discussão do projeto em apêlo foi encerrada na sessão de 20 do corrente mês não tendo sido votado por falta de número. Deixa de ser igualmente votado, na presente sessão, pelo mesmo motivo. (Pausa).

Em discussão o requerimento lido na hora do Expediente

O SR. MEM DE SÁ:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Em face da solicitação do nobre Senador Mem de Sá fica, nos termos do Regimento, adiada a discussão e votação do requerimento para a próxima sessão.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão designando, para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1961 (nº 38 de 1959, na Casa de origem) que concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica (incluindo na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho), tendo Pareceres favoráveis (sob nºs 583 e 584, de 1961) das Comissões de Saúde Pública e de Finanças.

Discussão única do Requerimento nº 407, de 1961, do Sr. Daniel Krieger e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, de documentos referentes às comemorações do "Dia do Aviador".

Sessão encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 55 minutos).

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40.